

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019**

**PROCESSO N.º 271/2019**

**EDITAL RECOMPILADO COM AS  
ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA  
ERRATA 01**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PP N° 003/2019**  
**PROCESSO N.º 271/2019**

A **Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes – CPTRANS** mediante o Pregoeiro designado pela Portaria n° 022, de 01 de outubro de 2018, torna público para o conhecimento dos interessados que na data, horário e local devidamente publicados no respectivo “Aviso de Licitação”, realizará procedimento licitatório na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MAIOR LANCE POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento de contratação que dele resultar obedecerá, integralmente, Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CPTrans, à Lei n° 13.303 de 30 de junho de 2016, e no que couber, à Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, à Lei n.º 12.440/2011, à Lei Complementar n.º 123/06, ao Decreto n.º 8.538/2015, e suas alterações e demais legislações pertinentes, bem como às normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

### **1. DO OBJETO**

**1.1** O presente Edital de licitação tem por objeto Concessão Onerosa de Uso de espaços comerciais individuais, destinados à instalação de lojas e espaço para pipoqueiro, situados no Terminal de Integração da Estação Rodoviária Imperatriz Leopoldina — ERIL, à Rua Dr. Porciúncula, 75 – Centro – Petrópolis/RJ, conforme especificações e demais exigências constantes no Termo de Referência ou Projeto Básico e seus Anexos.

### **2 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

2.1. Para participação no certame, a licitante, pessoa jurídica, além de atender ao disposto nos itens 3, 6 e 14 deste Edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de n° 1 e n° 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

**A COMPANHIA PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – CPTRANS**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2019**  
**ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA**  
**PROPONENTE (NOME / RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

**A COMPANHIA PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES – CPTRANS**  
**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2019**  
**ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTAÇÃO**  
**PROPONENTE (NOME / RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)**

### **3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

**3.1** A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

**3.1.1** A identificação será realizada, através da apresentação de documento de identidade (RG, Carteira de Habilitação ou Carteira profissional com prazo de validade, se houver, em dia).

**3.2** Para o credenciamento será exigida ainda apresentação do que segue:

#### **3.2.1 Se Pessoa Jurídica:**

**3.2.1.1** Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, ou:

**3.2.1.2** Cópia do registro comercial, se empresa individual, ou:

**3.2.1.3** Cópia da inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

**3.2.1.4** Cópia do documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

**3.2.1.5** Cópia do Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

### **3.2.2 Se Pessoa Física:**

**3.2.2.1** Cópia do documento de identidade (RG, Carteira de Habilitação ou Carteira Profissional com prazo de validade, se houver, em dia);

**3.2.2.2** Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte no Cadastro de Pessoa Física (CPF).

#### **3.2.a) Se representada por procurador, deverá ainda apresentar:**

**a.1)** Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que constem os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

**a.2)** Carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática dos demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (a.1 e a.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

**3.3** Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

**3.4** Os documentos referentes ao **CRENCIAMENTO** de que trata os itens 3.1 e 3.2 deverão ser apresentados **FORA DOS ENVELOPES**.

## **4 - MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**4.1** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no subitem 14.4 e item 10 deste Edital, deverão apresentar, **dentro do envelope de PROPOSTA**, a declaração firmada por contador ou técnico em contabilidade, devidamente inscrito no Conselho Regional de Contabilidade, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme modelo do Anexo V deste Edital.

**4.2** A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender ao item 4.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos nos subitens 14.1.4 a 14.1.10 deste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for aberta diligência para sua regularização.

**4.3** O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte da apresentação no envelope de habilitação de **todos os documentos**, ainda que apresentem alguma restrição.

**4.4** O prazo de que trata o item 4.2 poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**4.5** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 4.2, implicará na inabilitação da licitante, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital.

**4.6** Consideram-se microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006:

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar considera-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais); II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais),” conforme determina Lei Complementar 155/2016, regulamentada a partir de 2018. A mesma Lei ainda ressalta, os micro-empresendedores individuais, o limite passa de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais).

## **5. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES**

**5.1** No dia, hora e local, mencionados no Aviso de Licitação, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes números **01 - PROPOSTA e 02 – DOCUMENTAÇÃO**.

**5.2** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

**5.3** O pregoeiro realizará o credenciamento das interessadas, as quais deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame, conforme o item 3 e seus subitens.

## **6. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**6.1** O **licitante** deverá encaminhar proposta, conforme item 2.1 e modelo do Anexo IV deste Edital, exclusivamente por meio presencial, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas, conforme item 5.2 deste Edital.

**6.1.1** O **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema presencial, **o valor global da proposta ofertada**, já considerados todos os custos necessários à utilização do espaço licitado, objeto deste Edital, inclusive todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham sobre ele incidir.

**6.1.2** O **licitante** deverá declarar, em campo próprio, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta e o VALOR OFERTADO atendem aos requisitos e estão em conformidade com as exigências do Edital, conforme modelo do Anexo IV

**6.1.3** O **licitante** enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, conforme item 4.1 deste Edital.

**6.1.4** O **licitante** deverá declarar, em campo próprio, conhecimento e integral aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

**6.1.5** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

**6.2** A proposta escrita do licitante vencedor, para a apresentação conforme subitem 13.1 deste Edital deverá ser apresentada conforme modelo do Anexo IV deste Edital e conter:

- a) a descrição da unidade(s) / espaço(s) desejado(s);
- b) o preço unitário e global ofertado para a(s) unidade(s) / espaço(s) desejado(s), em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, será considerado este último, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias);
- c) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;
- d) declaração expressa de que na proposta ofertada já estão considerados todos os custos necessários à utilização do espaço licitado, objeto deste Edital, inclusive todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;
- e) declaração expressa de conhecimento e integral aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.
- f) Os seguintes dados da licitante: Nome ou Razão Social, endereço, telefone, e-mail e número do CPF/CNPJ.

**6.3** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO**

**7.1** A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicada no “**AVISO DE LICITAÇÃO**” deste processo de licitação a ser publicado na imprensa oficial, bem como, e no sítio <http://www.petropolis.rj.gov.br/cpt/>

## **8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**8.1** O **Pregoeiro** verificará, previamente, as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, observando-se, para tanto, o disposto no subitem nº 24.3.

**8.2** Somente os **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**8.3** Quando do registro das propostas no Edital de Licitação Presencial, os licitantes deverão observar a orientação estabelecida pelo Edital de Licitação, no sentido de incluir o detalhamento do objeto ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto”.

**8.3.1.** A ausência do detalhamento do objeto no citado campo não acarretará a desclassificação da proposta da licitante, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações.

## **9. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**9.1** Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão registrar lances.

**9.2** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observadas as regras de aceitação dos mesmos, contendo cada lance no máximo **02 (duas) casas decimais**, relativas à parte dos centavos, **sob pena de exclusão do lance**.

**9.3** Os licitantes somente poderão oferecer lances superiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo pregoeiro e equipe de apoio.

**9.4** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

**9.5** Durante a sessão pública, os licitantes saberão, em tempo real, os valores dos maiores lances registrados.

**9.6** Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**9.7** O encerramento da etapa de lances será decidido pelo **Pregoeiro**, quando o mesmo verificar que não há mais interesse dos licitantes participantes em avançar nas postostas.

## **10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**10.1** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada no item que não for exclusivo a ele, não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

**10.1.1** a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente superior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

**10.1.2** não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o pregoeiro, de forma automática, convocará os **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita neste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**10.1.3** no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o pregoeiro fará um sorteio na presença dos licitantes, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

**10.1.4** o convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo pregoeiro e equipe de apoio, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

**10.1.5** na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais **licitantes**.

## **11 - DA NEGOCIAÇÃO**

**11.1** Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o **Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

**11.2** A negociação será realizada por meio presencial, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **12 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**12.1** O critério de julgamento será o de **MAIOR LANCE de cada item**, considerando-se, para tanto os valores de referência estipulados no Termo de Referência ou Projeto Básico, com fulcro no inciso Art. 54, I e II da Lei Federal nº 13.303 e Art. 40, I e II do RILC/CPTrans.

**12.2** Será considerado vencedor desta licitação em cada item, o licitante que oferecer o **MAIOR VALOR**, observado o disposto no subitem anterior e que atender as exigências deste Edital.

### **13 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**13.1** O **licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, de cada item**, deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, na forma estabelecida no subitem 6.2 deste Edital, em arquivo único, **até 24 (vinte e quatro) horas** após a solicitação do Pregoeiro, por meio presencial ou eletrônico na qual deverá **conter**: Nome / razão social, endereço, telefone, e-mail, número do CPF/CNPJ, prazo de validade de no mínimo 60 (sessenta) dias a contar da data da abertura da sessão deste Edital de licitação Presencial, e as especificações do objeto de forma clara, em atendimento às exigências contidas no Termo de Referência ou Projeto Básico, atualizada com lance final ofertado.

**13.1.1** A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, impressa, em uma via, em papel timbrado da licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante, nos termos do modelo da proposta comercial, constante do Anexo IV deste Edital.

### **14 – DA HABILITAÇÃO**

**14.1** **TODOS** os interessados em participar deste Edital de licitação Presencial, deverão apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, conforme item 2.1 deste Edital, os seguintes documentos de habilitação, sob pena de inabilitação:

**14.1.2** - Declaração fornecida pela CPTrans de que a licitante tomou conhecimento prévio das áreas objeto da contratação, mediante visita ao local.

**14.1.3** – Declaração fornecida pela CPTRANS, comprovando que o licitante interessado não possui débitos com a CPTrans, exclusivamente quanto a obrigações contratuais.

**14.1.4** - Declaração da licitante de estar ciente de que a área objeto da licitação/contratação pode encontrar-se ocupada e que de acordo com o termo firmado entre a Concedente e o Sr ocupante da loja, o mesmo será desocupado em até 30 (trinta) dias após a homologação do certame licitatório, ou após o término do contrato existente ainda vigente. (Anexo X)

**14.1.5** – Declaração de idoneidade, modelo do Anexo VII

**14.1.6** - Declaração da licitante contendo as seguintes afirmações: (Anexo XI)

a) De que arcará com todas as despesas decorrentes da implantação da atividade, bem como de medidores de energia elétrica, de gás e de água, e que não será reembolsado de qualquer despesa para este fim e nem sequer terá direito a qualquer indenização referente às obras eventualmente necessárias, que passarão a integrar o respectivo objeto, respeitadas as limitações e exigências constantes do presente Edital.

b) De que é responsável, na execução do contrato, por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, trabalhista, previdenciária, civil e comercial e, ainda por todos os danos e prejuízos pessoais e materiais que, a qualquer título, venha a causar a terceiros em virtude da execução do contrato, respondendo por si e por seus prepostos.

c) De que está ciente de que não poderá ceder, transferir, arrendar ou de qualquer outra forma passar a terceiros o objeto ora licitado.

d) De que se obriga a contratar com seguradora idônea, seguro contra riscos de incêndio em favor da Concedente no valor correspondente a 10 (dez) vezes o valor da prestação mensal vigente, por período de 12 (doze) meses, renovado a cada igual período, durante o prazo contratual.

**14.2** As licitantes **Pessoa Física** deverão apresentar também dentro do ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

**14.2.1** - Cédula de identidade;

**14.2.2** - Prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF)

**14.2.3** - Certidão negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, com data não superior a 60 (sessenta dias);

**14.2.4** - Declaração de que se compromete, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de entrega das chaves, a constituir empresa, se sua proposta for vencedora, caso ainda não tenha firma constituída.

**14.2.5** - Prova de regularidade conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União;

**14.2.6** - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

**14.2.7** - Certidão Negativa de Débito para com o Governo do Estado do domicílio ou sede a empresa;

**14.2.8** - Certidão Negativa de Débito para com o a Dívida Ativa do Estado do domicílio ou sede a empresa;

**14.2.9** - Certidão Negativa de Débito para com o Município inclusive ISS e IPTU (???) do domicílio ou sede da empresa;

**14.2.10** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

**14.3** As **empresas** licitantes também deverão apresentar dentro do ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

**14.3.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

**14.3.2** Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**14.3.3** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;

**14.3.4** Prova de regularidade conjunta de Tributos Federais e da Dívida Ativa da União;

**14.3.5** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal;

**14.3.6** Certidão Negativa de Débito para com o Governo do Estado do domicílio ou sede a empresa;

**14.3.7** Certidão Negativa de Débito para com o a Dívida Ativa do Estado do domicílio ou sede a empresa;

**14.3.8** Certidão Negativa de Débito para com o Município inclusive ISS e IPTU do domicílio ou sede da empresa;

**14.3.9** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação da Proposta;

**14.3.10** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.



**14.3.11** Declaração firmado por representante legal da empresa, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme modelo no Anexo VI em atendimento ao disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo Anexo VIII, ou equivalente.

**14.4** Para as empresas cadastradas no Município de Petrópolis, a documentação contida nos subparágrafos 14.1.1 a 14.1.3 poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral junto a CPTRANS, Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Petrópolis e/ou registro no SICAF, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade. Para as empresas que apresentarem o Contrato Social na fase do credenciamento, ficam dispensadas de apresentar novamente no envelope nº 02.

**14.5** Os documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgão de imprensa oficial. No caso de apresentação de cópias, deverão ser autenticadas ou apresentados os respectivos originais para conferência pelo pregoeiro ou por membro da equipe de apoio, na sessão. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração. Os documentos que condicionarem sua validação à apresentação do respectivo certificado de autenticidade somente serão validados mediante a apresentação da referida autenticação dentro do envelope, conforme instrução nos mesmos.

**14.6** A microempresa e a empresa de pequeno porte, que atender ao item 4.1, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nos itens 14.3.4 até 14.3.10, deste Edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

**14.7** O prazo, de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**14.8** Ocorrendo a situação prevista no item 14.6, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

**14.9** O benefício de que trata o item 14.6 não eximirá a microempresa, e empresa de pequeno porte, da apresentação de **todos os documentos**, ainda que apresentem alguma restrição.

**14.10** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 14.6, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 15.2, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

**14.11** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

**14.12 Conforme, Lei Federal 13.303/16, art.38.**

Estará impedida de participar de licitações e de ser CONTRATADA pela CPTRANS a empresa:

I – cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CPTRANS;

II – suspensa pela CPTRANS;

III – declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a CPTRANS, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

- IV – constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- V – cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- VI – constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VII – cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- VIII – que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

**Parágrafo único. Aplica-se a vedação prevista no caput:**

- I – à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- II – a quem tenha relação de parentesco, até terceiro grau civil, com:
  - a) dirigente de empresa pública ou sociedade de economia mista;
  - b) empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
  - c) autoridade do ente público a que a empresa pública ou sociedade de economia mista esteja vinculada.
- III – cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a respectiva empresa pública ou sociedade de economia mista promotora da licitação ou contratante há menos de 06 (seis) meses.

## **15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**15.1** O objeto deste **Pregão** será adjudicado pela autoridade competente para homologação.

**15.2** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

**15.3** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará aos licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.

**15.4** A homologação deste Pregão compete ao Diretor-Presidente da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

## **16 - DA CONTRATAÇÃO E RESCISÃO**

**16.1** As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato, celebrado entre a CPTRANS e a licitante vencedora.

**16.2** A licitante vencedora será convocada para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, celebrar o termo de contrato.

**16.2.1** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da contratada e aceito pela contratante.

**16.3** Antes da assinatura do termo de contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência contratual.

**16.4** Se a licitante vencedora não fizer a comprovação referida no subitem **16.3** anterior ou recusar-se a assinar o contrato, será convocada outra licitante para celebrar o Contrato, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**16.5** Antes da contratação serão feitas consultas junto ao SICAF e junto ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do Art. 6º da Lei 10.522, de 19/07/2002 e também junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela CGU.

**16.5.1** Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

**16.6** O Contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir de sua assinatura, com os preços firmados contratualmente, nos termos do lance vencedor, reajustáveis conforme o Termo de Referência ou Projeto Básico.

**16.6.1** Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto.

**16.7** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.303/2016 e no RILC/CPTrans, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

**16.8** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**16.9** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

**16.10** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no RILC/CPTrans.

**16.11** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

**16.11.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**16.11.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**16.11.3** Indenizações e multas.

**16.12** Ensejarão **rescisão contratual a subcontratação ou sub-rogação, total ou parcial**, do objeto contratado.

## **17 - DO PAGAMENTO, DOS VALORES E DOS DESCONTOS**

**17.1** O pagamento será feito pela CONTRATADA mensalmente e se dará no prazo estipulado no Termo de Referência ou Projeto Básico.

**17.2** A CPTRANS emitirá um boleto bancário passível de protesto para o pagamento da parcela mensal estipulada no contrato, conforme o lance final apresentado no certame.

**17.3** Poderá ser verificada mensalmente a regularidade da licitante vencedora perante as certidões negativas.

**17.3.1** no caso de constatada a não regularidade da licitante vencedora nas certidões negativas, a mesma será convocada para que regularize sua situação, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação;

**17.3.2** não sendo feita a regularização no prazo estabelecido o contrato poderá ser rescindido e a licitante vencedora sujeita às multas estabelecidas neste Edital.

**17.5** O não pagamento de eventuais multas que lhe tenham sido impostas em decorrência de inadimplência contratual ensejará a rescisão do contrato.

**17.6** No caso de atraso de pagamento, serão devidos pela CONTRATADA encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

**17.7** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: **EM** = Encargos moratórios devidos; **N** = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; **I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e **VP** = Valor da prestação em atraso.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CPTRANS**

**18.1** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

**18.2** Exigir o pagamento mensal do percentual firmado pela **CONTRATADA**, no prazo ajustado;

**18.3** Fiscalizar o contrato.

**18.4** Fazer a retenção de impostos/tributos, quando for o caso.

**18.5** Relacionar-se com a **CONTRATADA** exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada.

**18.6** A **CONTRATANTE**, por meio do fiscal de contrato, reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização da execução do contrato pela **CONTRATADA**, ainda solicitar a aplicação de multa ou a rescisão de Contrato, caso a **CONTRATADA** desobedeça a qualquer das Cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

**18.7** A **CONTRATANTE** nomeará um fiscal, para fazer a fiscalização da execução do contrato, devendo este fazer anotações e registro de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

**18.8** Atestar a efetiva entrega do objeto deste Contrato.

**18.9** Aplicar à **CONTRATADA** penalidades, quando for o caso.

## **19 - DAS OBRIGAÇÕES E DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS DA CONTRATADA**

**19.1** Pagar o valor ajustado, bem como todos os tributos, taxas, contribuições fiscais e para-fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto concedido;

**19.2** Manter, durante a execução do contrato as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

**19.3** Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do Contrato.

**19.4** Reparar, refazer e corrigir, às suas expensas, qualquer dano causado ao patrimônio e aos usuários da **CONTRATANTE**, direta e indiretamente.

**19.5** É vedado à **CONTRATADA** vincular o contrato à publicidade, sem autorização prévia da **CONTRATANTE**.

**19.6** Nomear um preposto devidamente qualificado, e informar à **CONTRATANTE** por escrito.

**19.7** Informar a **CONTRATANTE**, no máximo, em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, em dias úteis, qualquer alteração nas condições do objeto contratado.

**19.8** Sob nenhuma hipótese, transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

**19.9** Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira.

**19.10** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATANTE**.

**19.11** É obrigação da CONTRATADA levar, imediatamente, ao conhecimento da CONTRATANTE qualquer ato anormal ou extraordinário que inviabilize a execução do objeto contratual, a fim de se evitar problemas futuros para esta Companhia.

**19.12** A CONTRATADA deverá apresentar certificado de dedetização do estabelecimento trimestralmente.

**19.13** Toda e qualquer obra ou reforma deverá ser precedida de projeto e apresentada à CPTRANS para aprovação e todas as despesas decorrentes correrão por conta da CONTRATADA. Qualquer benfeitoria realizada será revertida à CPTRANS ao término do contrato, não cabendo à CONTRATADA nenhum tipo de compensação ou indenização.

**19.14** A CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista mediante apresentação semestral de certidões negativas, sob pena de rescisão do contrato.

**19.15** Todas as ligações e taxas decorrentes fornecimento de água, luz, gás, telefone etc deverão ser providenciadas pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes correrão por conta da mesma.

**19.16** As instalações de luz e gás deverão atender todas as normas de segurança vigentes.

**19.16.1** As instalações de gás deverão ainda apresentar laudo de conformidade emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.

**19.17** Durante a vigência do contrato, não será permitido manter a loja fechada por período superior a 05 (cinco) dias consecutivos, sem apresentação de justificativa à CPTRANS, tais como por obras ou readequação.

## **20. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**20.1** Fica vedada a transferência ou a subconcessão do OBJETO deste Contrato;

**20.2** Sem prejuízo das responsabilidades e das obrigações contratuais e legais, a CONTRATADA poderá contratar Terceiros, pessoa física ou jurídica, visando a melhoria no atendimento ao público ou do espaço objeto desta licitação;

**20.3** Os contratos celebrados entre a CONTRATADA e Terceiros a que se refere o item anterior, reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre aqueles e a CONTRATANTE.

## **21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**21.1** A CONTRATADA estará sujeita à aplicação das seguintes penalidades, após regular apuração, pelo descumprimento parcial ou total dos compromissos assumidos:

**21.1.1** Multa moratória de 0,25 % (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso não justificado, até o 5º (quinto) dia, e a partir do 6º (sexto) dia, 0,5% (meio por cento), contados desde o 1º (primeiro) dia de atraso, a ser calculada sobre o valor da parcela não paga, até o limite de 5% (cinco por cento).

**21.1.1.1** A justificativa para eventual atraso, não se aplicando a multa referida no subitem anterior, só será considerada em casos fortuitos ou de força maior, devendo ser apresentada por escrito.

**21.1.1.2** Na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será mantido para o cálculo do boleto da parcela em atraso.

**21.1.2** Advertência;

**21.1.3** Multa compensatória de 5% (cinco por cento) a ser calculada sobre o valor total da proposta, no caso de ocorrer a recusa à contratação a que se refere o subitem 21.1.4, ou pela rescisão deste Contrato, por sua culpa, sem prejuízo das demais sanções;

**21.1.3.1** Nesta hipótese, após apuração efetuada, e não ocorrendo o pagamento perante a CPTRANS, o valor da multa aplicada será cobrada judicialmente.

**21.1.4** Caracterizar-se-á formal recusa à contratação, podendo a **CPTRANS**, a seu exclusivo juízo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que manifestem interesse na contratação, em igual prazo e atendidas todas as condições deste Edital para a contratação ou então cancelar o item, as seguintes hipóteses:

**21.1.4.1** Após decorridos 10 (dez) dias da convocação da **CPTRANS** sem que a licitante vencedora tenha retirado e assinado o instrumento contratual;

**21.1.5** As sanções previstas nos subitens 21.1.1, 21.1.3 e 21.1.4 poderão ser aplicadas em conjunto com as do subitem 21.1.6.

**21.1.6** A licitante que, convocada dentro do prazo de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentos exigidos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

**21.1.7** Da sanção aplicada caberá recurso, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

**21.1.7.1** A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

## **22 - DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**22.1** A Fiscalização do Contrato ficará sob a responsabilidade de fiscal da **CPTRANS**, designado pelo Diretor-Presidente, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir o recebimento, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, dos problemas ou dos defeitos observados.

**22.1.1** O representante da **Contratante** deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

**22.2** Os fiscais darão ciência de tudo à empresa. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**22.3** A presença da Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive, perante terceiros por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, e na ocorrência desses fatores, não implica corresponsabilidade da **CONTRATANTE**

**22.4** As decisões e as providências que ultrapassarem a competência da fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente da **CONTRATANTE** para adoção das medidas convenientes.

## **23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

**23.1** Até 5 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Edital de Pregão Presencial **003/2019**, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço do escritório sede da CPTRANS.

art. 86 § 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar Edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido **até 5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a ocorrência do certame, devendo a entidade julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º. - Lei 13.303

**23.1.1** O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, deverá responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 2º. - Lei 13.303.

**23.2** Acolhida à impugnação contra este Edital deverá ser designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**23.3** Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, pelo e-mail [cpl@cptrans.com.br](mailto:cpl@cptrans.com.br) ou pessoalmente na Sede da CPTRANS.

**23.4** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas através dos meios necessários a atender plenamente ao solicitado, da forma mais transparente possível.

## **24 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**24.1** À **Diretoria** da CPTRANS compete anular este Edital de licitação presencial por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

**24.1.1** A anulação do Edital de licitação induz conseqüentemente, à do Contrato.

**24.1.2** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

**24.2** É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Edital de licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

**24.3** No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos nem a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, desde que cumpridas as exigências elencadas no subitem 13.1.

**24.4** Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Edital de licitação.

**24.5** Em caso de divergência entre normas contidas neste Edital e as infralegais, prevalecerão as normas deste Edital.

**24.6** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CPTRANS.

**24.7** O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão presencial.

**24.8** As normas que disciplinam este Edital de licitação presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

**24.9** Este **Edital de licitação**, poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da CPTRANS, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.

**24.10** O Edital e seus Anexos estarão disponibilizados, na íntegra, no endereço: <http://www.petropolis.rj.gov.br/cpt/>. O Edital, ainda, será fornecido pela CPTRANS a qualquer interessado, por meio do pregoeiro deste certame e de sua equipe de apoio através do e-mail: [cpl@cptrans.com.br](mailto:cpl@cptrans.com.br).

**24.11 Integram este Edital os seguintes Anexos:**

a) **Anexo I** – Termo de Referência ou Projeto Básico;

- b) Anexo II** – Planta Geral do Terminal Imperatriz Rodoviária Imperatriz Leopoldina (ERIL)
- b) Anexo III** – Minuta de Contrato;
- c) Anexo IV** – Modelo para Apresentação de Proposta;
- d) Anexo V** – Declaração de que a licitante e o valor ofertado atendem aos requisitos do Edital;
- d) Anexo VI** – Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP e de faturamento;
- e) Anexo VII** – Declaração de que não emprega Menor;
- f) Anexo VIII** – Declaração de idoneidade;
- g) Anexo IX** – Recibo de Retirada de Edital pela Internet;
- h) Anexo X** – Declaração de Espaço Ocupado;
- i) Anexo XI** – Declarações Específicas.

## **25. DO FORO**

**25.1** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Petrópolis-RJ, Seção Judiciária do Rio de Janeiro com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Petrópolis, 23 de Maio de 2019.

**JAIRO DA CUNHA PEREIRA**  
**Diretor Presidente - CPTRANS**



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 - OBJETO

Concessão Onerosa de Uso de espaços comerciais individuais, destinados à instalação de lojas e espaço para pipoqueiro, situados no Terminal de Integração da Estação Rodoviária Imperatriz Leopoldina - ERIL, à rua Dr. Porciúncula, 75, Centro, Petrópolis/RJ.

#### 2 - DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o de maior lance individual. O contrato poderá prever o reajustamento anual, pelo índice do IGP-M FGV.

#### 3 - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

A contratação terá vigência de 05 (cinco) anos, a partir da entrega das chaves, devidamente registrada em documento próprio.

#### 4 - DOS VALORES MÍNIMOS PARA A CONTRATAÇÃO

Os valores mensais mínimos fixados para cada espaço identificado na planta anexa, serão os seguintes:

Item	Descrição	Meses	Valor Mínimo Mensal	Valor Mínimo Global para o Contrato
1	BOX A	60	800,00	48.000,00
2	BOX B	60	700,00	42.000,00
3	BOX C	60	700,00	42.000,00
4	BOX D	60	700,00	42.000,00
5	BOX E	60	883,33	53.000,00
6	Espaço Engraxate	60	416,67	25.000,00
7	Loja 1	60	2.466,67	148.000,00
8	Loja 2	60	4.433,33	266.000,00
9	Loja 3	60	5.300,00	318.000,00
10	Loja 3-A	60	2.283,33	137.000,00
11	Loja 3-B	60	1.866,67	112.000,00
12	Loja 3-C	60	3.883,33	233.000,00
13	Loja 4	60	3.966,67	238.000,00
14	Loja 5	60	2.166,67	130.000,00
15	Loja 6	60	2.050,00	123.000,00
16	Loja 7	60	2.316,67	139.000,00
17	Loja 8	60	2.400,00	144.000,00
18	Loja 9	60	4.933,33	296.000,00
19	Loja 10	60	5.466,67	328.000,20

## 5 - DO DETALHAMENTO DO OBJETO

- a) Somente poderão participar da licitação, pessoas jurídicas constituídas ou pessoas físicas que se comprometerão a constituir empresas e apresentar a documentação comprobatória de seu registro e regularidade, ficando, nesse caso, condicionada a entrega das chaves à apresentação desses documentos.
- b) Será permitida qualquer finalidade comercial, excetuando-se o comércio de bebidas alcoólicas, produtos inflamáveis e/ou nocivos à saúde, e animais vivos.
- c) Durante a vigência do contrato, não será permitido manter a loja fechada por período superior a 05 (cinco) dias consecutivos, sem apresentação de justificativa à CPTRANS, tais como por obras ou readequação.
- d) O vencimento da taxa de locação será o último dia útil de cada mês.
- e) Não haverá, sob nenhuma hipótese, prazo de carência (isenção de taxa) quanto à locação.
- f) O descumprimento de qualquer cláusula contratual ensejará a rescisão do contrato.
- g) O prazo de devolução das chaves será de 30 (trinta) dias do término ou rescisão do contrato.
- h) Todas as ligações e taxas decorrentes fornecimento de água, luz, gás, telefone etc deverão ser providenciadas pelo locatário e todas as despesas decorrentes correrão por conta do mesmo.
- i) As instalações de gás deverão atender todas as normas de segurança vigentes, devendo-se apresentar laudo de conformidade emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.
- j) O locatário deverá apresentar certificado de dedetização do estabelecimento trimestralmente.
- k) Toda e qualquer obra ou reforma deverá ser precedida de projeto e apresentada à CPTRANS para aprovação e todas as despesas decorrentes correrão por conta do locatário. Qualquer benfeitoria realizada será revertida à CPTRANS ao término do contrato, não cabendo ao locatário nenhum tipo de compensação ou indenização.
- l) O locatário deverá apresentar seguro-garantia no valor de seis parcelas do contrato no ato da entrega das chaves, que também fica condicionado ao integral pagamento do referido seguro-garantia.
- m) O licitante deverá apresentar, além de toda a documentação já exigida em Lei, declaração de inexistência de débitos emitida pela Tesouraria da CPTRANS.
- n) É vedada a sublocação.

- o)** O locatário poderá desistir e devolver o imóvel antes do fim do contrato, mediante a quitação de todos os débitos porventura existentes, desde que notifique a CPTRANS com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- p)** O locatário deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista mediante apresentação semestral de certidões negativas, sob pena de rescisão do contrato.

## **6 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

Não obstante o locatário seja o responsável pelo seu estabelecimento, a Administração da CPTRANS reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização de suas atividades, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

- a)** Solicitar apresentação de documentos;
- b)** Inspecionar instalações (agendado);
- c)** Emitir notificações.

## **7 - DO PAGAMENTO**

O pagamento mensal deverá ocorrer até o último dia útil do mês vigente.

Petrópolis, 02 de Maio de 2019

---

**YEEDO RAPOSO DA SILVA JUNIOR**

**Gerência Operacional**

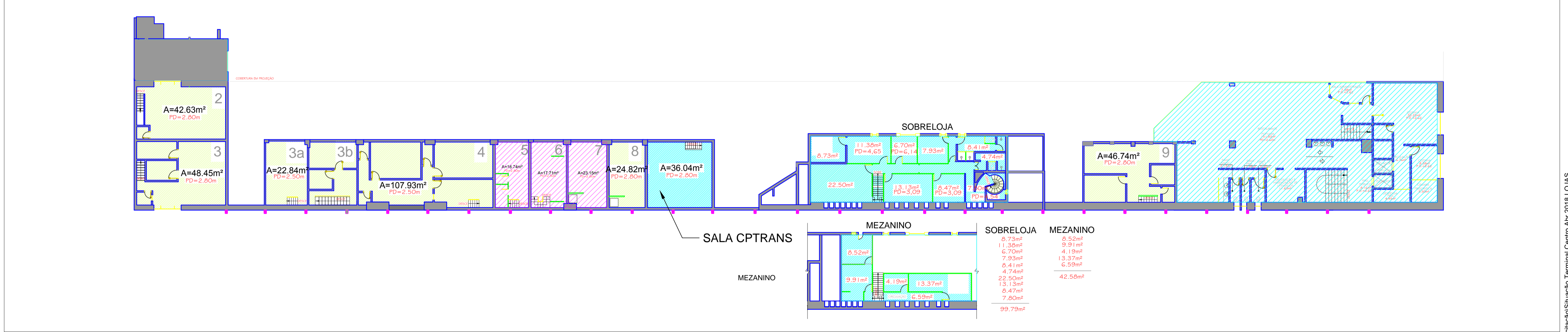
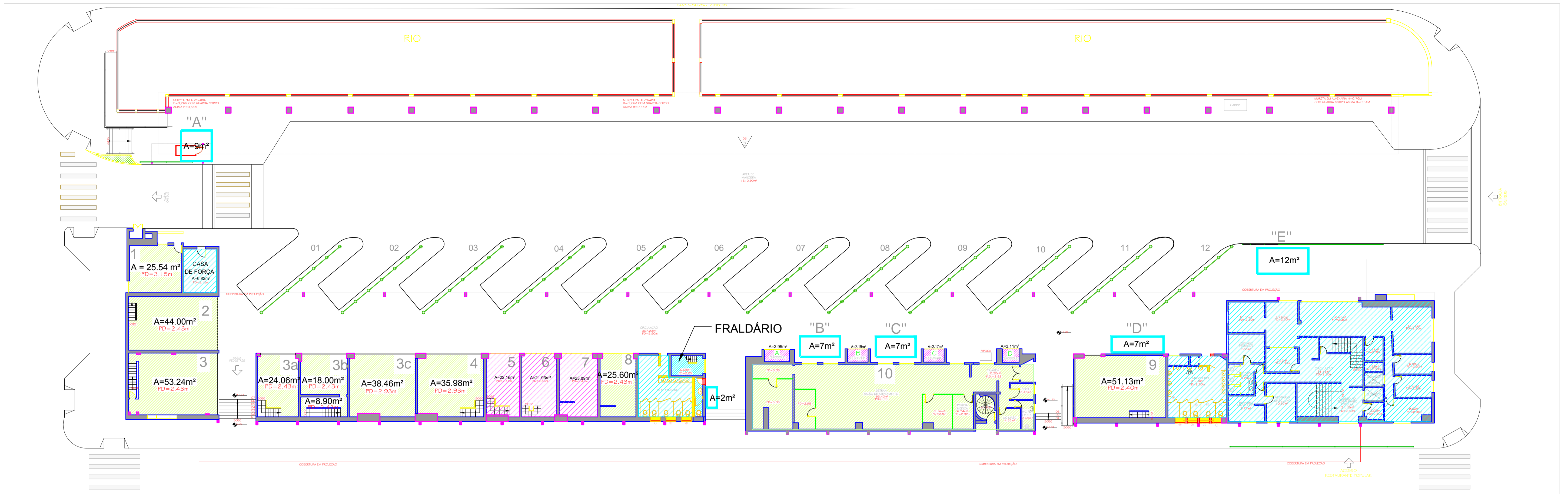
---

**MARCELO DE SOUZA PAULA**

**Gerência Administrativa**

**ANEXO II**

**PLANTA GERAL  
DO TERMINAL RODOVIÁRIO  
IMPERATRIZ LEOPOLDINA  
(ERIL)**



LOJAS A SEREM LICITADAS  
 ESPAÇOS A SEREM LICITADAS  
 LOJAS ATUALMENTE OCUPADAS  
 ÁREAS DE INTERESSE PÚBLICO


 CIA. PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES  
 Diretoria Técnica Operacional  
**ESTAÇÃO RODOVIÁRIA IMPERATRIZ LEOPOLDINA**  
**LOJAS/ESPAÇOS PARA LICITAÇÃO**  
 Base Digital: PROCAT - PMP / Theopraticke | Desenho: L. Lopes | Rev. nº: 00 | Data: mai/2018 | Escala: ----- | Folha: 01/01

**ANEXO III**

**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO N° \_\_\_\_/2019

**LICITAÇÃO PP N° 003/2019**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
QUE ENTRE SI FIRMAM A COMPANHIA  
PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E  
TRANSPORTES E**

\_\_\_\_\_,  
**VENCEDORA DA LICITAÇÃO EM EPÍGRAFE  
(PROCESSO N° 271/2019), CUJO OBJETO É**

\_\_\_\_\_.

Aos XX dias de XXXXXXXX de XXXX compareceram, de um lado, a **COMPANHIA PETROPOLITANA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - CPTRANS**, Sociedade de Economia Mista, com sede na Rua Alberto Torres, n° 115 - Centro, Petrópolis - RJ, inscrita no CNPJ com o n°. 30.240.238/0001-55, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu(ua) **DIRETOR(A) PRESIDENTE** - \_\_\_\_\_, portador da CI n° \_\_\_\_\_ e inscrito no CFP sob o n° \_\_\_\_\_ e por seu(ua) **DIRETOR(A) ADMINISTRATIVO FINANCEIRO** - \_\_\_\_\_ portador da CI n° \_\_\_\_\_ e inscrito no CFP sob o n° \_\_\_\_\_, do outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o n° \_\_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, CPF n°, \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG n° \_\_\_\_\_, Fone ( ) \_\_\_\_\_, firmam o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições seguintes, que o regeirão em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal n° 13.303/16 e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CPTrans, que as partes declaram conhecer subordinando-se, incondicional e irrestritamente às suas estipulações, bem como os despachos exarados nos autos do Processo Administrativo n° 271/2019.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O contrato tem como objeto a Concessão Onerosa de Uso de espaço comercial individual, destinado à instalação de loja (ou espaço para pipoqueiro) de \_\_\_\_\_ metros quadrados, identificado como \_\_\_\_\_, situado no Terminal de Integração da Estação Rodoviária Imperatriz Leopoldina – ERIL, à rua Dr. Porciúncula, 75, Centro, Petrópolis/RJ.

**1.2.** O objeto contratado obedecerá as condições, especificações e demais detalhes constantes no Edital de Pregão Presencial n° 003/2019 e seus anexos, em especial ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO, que integram este Termo, para todos os modos, fins e efeitos legais, aplicáveis à espécie e os detalhes e instruções a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E DOS VALORES**

- 2.1.** Será permitida qualquer finalidade comercial, excetuando-se o comércio de bebidas alcoólicas, produtos inflamáveis e/ou nocivos à saúde, e animais vivos;
- 2.2.** Os moldes do recebimento do objeto pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência ou Projeto Básico, anexo do Edital.
- 2.3.** Os preços e valores praticados deverão ser sempre aqueles apresentados na proposta de preços aceita e devidamente adjudicada na licitação de Pregão Presencial nº 003/2019, Processo nº 271/2019, parte integrante deste Termo Contratual;
- 2.4.** Conforme o item 2.4, será pago mensalmente pela CONTRATADA o valor de R\$ \_\_\_\_\_ até o último dia útil de cada mês por meio de boleto bancário emitido pela CPTRANS.
- 2.6.** O valor contratado será reajustado a cada 12 (doze) meses com base no índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M / FGV), a partir da assinatura do contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

- 3.1.** O prazo de vigência deste Contrato é de 05 (cinco) anos, com início na data de recebimento das chaves, comprovado pelo “Termo de Entrega de Chaves” devidamente datado e assinado pela CONTRATADA e pelo fiscal do contrato da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO**

- 4.1.** O vencimento da taxa de concessão será o último dia útil de cada mês;
- 4.2.** O pagamento se dará por meio de boleto bancário emitido pela CPTRANS;
- 4.3.** Poderá verificada mensalmente a regularidade da licitante vencedora perante as certidões negativas.
- 4.4.** No caso de constatada a não regularidade da CONTRATADA nas certidões negativas, a mesma será convocada para que regularize sua situação, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias corridos, contados da notificação;
- 4.5.** Não sendo feita a regularização no prazo estabelecido o contrato poderá ser rescindido e a licitante vencedora sujeita às multas estabelecidas neste Termo, bem como no Edital de Pregão nº 003/2019;
- 4.6.** O pagamento poderá ser antecipado pela CONTRATADA, sendo que, com até 5 (cinco) dias de antecedência o valor será igual do principal e antecedendo-se, este prazo será reduzido com base na correção monetária TR calculada *pró-rata tempore*.
- 4.7.** Caso ocorra atraso do pagamento, poderá ser observado o seguinte: com até 05 (cinco) dias de atraso, o valor será igual ao principal e, ultrapassando-se este prazo, o mesmo será acrescido, proporcionando aumento, com base na correção monetária - TR (calculada *pró rata tempore*);
- 4.8.** No caso de atraso de pagamento, também serão devidos pela CONTRATADA encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 4.9.** O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

## **CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 5.1.** A CONTRATANTE indica, através do seu Diretor-Presidente, como fiscal do Contrato o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, que fica autorizado(a) a representá-la perante a CONTRATADA na fiscalização do cumprimento integral das disposições previstas neste Termo e no Edital Pregão nº 003/2019, bem como no acompanhamento da execução do contrato, devendo fazer as anotações e os registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

**5.2.** O fiscal dará ciência de tudo à empresa. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**5.3.** A fiscalização do Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive, perante terceiros por qualquer irregularidade, ou ainda, resultante de imperfeições técnicas, e na ocorrência desses fatores, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**6.1** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.

**6.2** Exigir o pagamento mensal do percentual firmado pela **CONTRATADA**, no prazo ajustado;

**6.3** Fiscalizar o contrato.

**6.4** Fazer a retenção de impostos/tributos, quando for o caso.

**6.5** Relacionar-se com a **CONTRATADA** exclusivamente por meio de pessoa por ela credenciada.

**6.6** A **CONTRATANTE**, por meio do fiscal de contrato, reserva-se o direito de exercer, quando lhe convier, a fiscalização da execução do contrato pela **CONTRATADA**, ainda solicitar a aplicação de multa ou a rescisão de Contrato, caso a **CONTRATADA** desobedeça a qualquer das Cláusulas estabelecidas no instrumento contratual.

**6.7** A **CONTRATANTE** nomeará um fiscal, para fazer a fiscalização da execução do contrato, devendo este fazer anotações e registro de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1** Pagar o valor ajustado, bem como todos os tributos, taxas, contribuições fiscais e para-fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto concedido;

**7.2** Manter, durante a execução do contrato as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

**7.3** Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do Contrato.

**7.4** Reparar, refazer e corrigir, às suas expensas, qualquer dano causado ao patrimônio e aos usuários da **CONTRATANTE**, direta e indiretamente.

**7.5** É vedado à **CONTRATADA** vincular o contrato à publicidade, sem autorização prévia da **CONTRATANTE**.

**7.6** Nomear um preposto devidamente qualificado, e informar à **CONTRATANTE** por escrito.

**7.7** Informar a **CONTRATANTE**, no máximo, em até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, em dias úteis, qualquer alteração nas condições do objeto contratado.

**7.8** Sob nenhuma hipótese, transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

**7.9** Não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira.

**7.10** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATANTE**.

**7.11** É obrigação da **CONTRATADA** levar, imediatamente, ao conhecimento da **CONTRATANTE** qualquer ato anormal ou extraordinário que inviabilize a execução do objeto contratual, a fim de se evitar problemas futuros para esta Companhia.

**7.12** A **CONTRATADA** deverá apresentar certificado de dedetização do estabelecimento trimestralmente.

**7.13** Toda e qualquer obra ou reforma deverá ser precedida de projeto e apresentada à CPTRANS para aprovação e todas as despesas decorrentes correrão por conta da **CONTRATADA**. Qualquer benfeitoria realizada será revertida à CPTRANS ao término do contrato, não cabendo à **CONTRATADA** nenhum tipo de compensação ou indenização.



**7.14** A CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista mediante apresentação semestral de certidões negativas, sob pena de rescisão do contrato.

**7.15** Todas as ligações e taxas decorrentes fornecimento de água, luz, gás, telefone etc deverão ser providenciadas pela CONTRATADA e todas as despesas decorrentes correrão por conta da mesma.

**7.16** As instalações de luz e gás deverão atender todas as normas de segurança vigentes.

**7.16.1** As instalações de gás deverão ainda apresentar laudo de conformidade emitido pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro.

**7.17** Durante a vigência do contrato, não será permitido manter a loja fechada por período superior a 05 (cinco) dias consecutivos, sem apresentação de justificativa à CPTRANS, tais como por obras ou readequação.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

**8.1** Fica vedada a transferência ou a subconcessão do objeto desta licitação;

**8.2** Sem prejuízo das responsabilidades e das obrigações contratuais e legais, a **CONTRATADA** poderá contratar terceiros, pessoa física ou jurídica, visando a melhoria no atendimento ao público ou do espaço objeto desta licitação;

**8.3** Os contratos celebrados entre a **CONTRATADA** e Terceiros a que se refere o item anterior, reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre aqueles e a **CONTRATANTE**.

## **CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**9.1.** A execução do Contrato será acompanhada, conforme o caso, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016 e no RILC/CPTrans, e obedecerá às orientações e regulamentações municipais, estaduais e federais.

**9.2.** A fiscalização, com fundamento no art. da Lei Federal nº 13.303/2016, cabe: à **CONTRATANTE**, que a seu critério e por meio de empregado público designado pelo Diretor-Presidente da CPTrans, deverá exercê-la de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive, quanto ao desempenho da **CONTRATADA**, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos e subordinados;

**9.3.** A **CONTRATADA** declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela **CONTRATANTE**;

**9.4.** A existência e a atuação da fiscalização da **CONTRATANTE** em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva da **CONTRATADA**, quanto à integridade e à correção da execução dos serviços a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES**

**10.1.** A **CONTRATADA** estará sujeita à aplicação das seguintes penalidades, após regular apuração, pelo descumprimento parcial ou total dos compromissos assumidos:

**10.1.1** Multa moratória de 0,25 % (zero vírgula vinte e cinco por cento) por dia de atraso não justificado, até o 5º (quinto) dia, e a partir do 6º (sexto) dia, 0,5% (meio por cento), contados desde o 1º (primeiro) dia de atraso, a ser calculada sobre o valor da parcela não paga, até o limite de 5% (cinco por cento).

**10.1.1.1** A justificativa para eventual atraso, não se aplicando a multa referida no subitem anterior, só será considerada em casos fortuitos ou de força maior, devendo ser apresentada por escrito.

**10.1.1.2** Na hipótese da não aceitação da justificativa do atraso, o valor das multas será mantido para o cálculo do boleto da parcela em atraso.

**10.1.2** Advertência;

**10.1.3** Multa compensatória de 5% (cinco por cento) a ser calculada sobre o valor total da proposta, no caso de ocorrer a recusa à contratação, ou pela rescisão deste Contrato, por sua culpa, sem prejuízo das demais sanções;

**10.1.3.1** Nesta hipótese, após apuração efetuada, e não ocorrendo o pagamento perante a CPTRANS, o valor da multa aplicada será cobrada judicialmente.

**10.1.4** Caracterizar-se-á formal recusa à contratação, podendo a CPTRANS, a seu exclusivo juízo, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para que manifestem interesse na contratação, em igual prazo e atendidas todas as condições deste Edital para a contratação ou então cancelar o item, as seguintes hipóteses:

**10.1.4.1** Após decorridos 10 (dez) dias da convocação da CPTRANS sem que a licitante vencedora tenha retirado e assinado o instrumento contratual;

**10.1.5** As sanções previstas nos subitens 10.1.1 e 10.1.3 poderão ser aplicadas em conjunto com as do subitem 10.1.6.

**10.1.6** A licitante que, convocada dentro do prazo de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentos exigidos ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

**10.1.7** Da sanção aplicada caberá recurso, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

**10.1.7.1** A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

**11.1.** Findo o prazo da Concessão, o Contrato ficará extinto de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial e sem que a CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for.

**11.2.** Ocorrerá a rescisão unilateral no CONTRATO nos seguintes casos, além dos demais previstos na legislação:

**11.2.1.** O descumprimento das obrigações contratuais da CONTRATADA, comprovado seu dolo ou culpa, mediante laudo de vistoria, procedida por Comissão Especial designada pela Diretoria da CPTrans;

**11.2.2.** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

**11.2.3.** O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

**11.2.4.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no Contrato;

**11.2.5.** O desatendimento de quaisquer determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, isto é, do fiscal do Contrato;

**11.3.6.** O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas pelo fiscal do Contrato na forma prevista no Edital de Pregão nº 001/2018.

**11.3.7.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

**11.3.8.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário da empresa CONTRATADA quando MEI;

**11.3.9.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;

**11.3.10.** Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

**11.3.11.** O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATADA decorrentes da prestação dos serviços, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

**11.3.12.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

**11.3.13.** O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA REVERSÃO DOS BENS.**

**12.1.** Ao término do prazo contratual, os bens adquiridos pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade e propriedade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

**13.1.** Aplicar-se-á o princípio da vinculação do instrumento convocatório para todos os casos em que este Termo Contratual for omissivo, estando a CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculadas a todas as disposições previstas no Edital Pregão Presencial nº 003/2019 e seus Anexos, bem como a proposta vencedora.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

**14.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Petrópolis/RJ, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou qualquer ação judicial oriunda do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Termo Contratual, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só feito

---

CONTRATANTE

Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTrans

---

CONTRATADA

---

Testemunha

---

Testemunha

## ANEXO IV

### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA - Licitação CPTRANS PP Nº 003/2019

#### Proposta de Preços – Carta de Oferta

Prezados Senhores,

(nome e qualificação da Licitante), em atendimento às condições estabelecidas no EDITAL e seus ANEXOS, propomos o(s) valor(es) para a concessão da(s) unidade(s) / espaço(s) indicado(s) a seguir:

Item	Descrição	Meses	Valor Mensal	Valor Global
1	BOX A	60	0,00	0,00
2	BOX B	60	0,00	0,00
3	BOX C	60	0,00	0,00
4	BOX D	60	0,00	0,00
5	BOX E	60	0,00	0,00
6	Espaço Engraxate	60	0,00	0,00
7	Loja 1	60	0,00	0,00
8	Loja 2	60	0,00	0,00
9	Loja 3-B	60	0,00	0,00
10	Loja 3-A	60	0,00	0,00
11	Loja 3-B	60	0,00	0,00
12	Loja 3-C	60	0,00	0,00
13	Loja 4	60	0,00	0,00
14	Loja 5	60	0,00	0,00
15	Loja 6	60	0,00	0,00
16	Loja 7	60	0,00	0,00
17	Loja 8	60	0,00	0,00
18	Loja 9	60	0,00	0,00
19	Loja 10	60	0,00	0,00

Prazo de Validade da Proposta: \_\_\_\_\_ (Não inferior a 90 dias).

Declaramos que na proposta ofertada já estão considerados todos os custos necessários à utilização do espaço licitado, objeto deste Edital, inclusive todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

Declaramos, outrossim, conhecimento e integral aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Nome/Razão Social:

CPF/CNPJ:

Endereço:

E-mail:

TEL/FAX:

**Assinatura do Responsável**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE E O VALOR OFERTADO ATENDEM INTEGRALMENTE AO EDITAL DE LICITAÇÃO CPTRANS PP N.º 003/2019**

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_ (Nome / Razão Social) \_\_\_\_\_, CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, residente/sediada à \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara que, como licitante, atende integralmente às especificações descritas no Edital acima registrado e seus anexos, INCLUSIVE COM RELAÇÃO AOS VALORES E ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DESCRITAS e todas as exigências ao licitante.

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(local e data)

\_\_\_\_\_  
(nome e número da identidade do declarante)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante

**ANEXO VI**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PP Nº 003/2019**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP E DE FATURAMENTO**

Declaro(amos) que \_\_\_\_\_ (Razão Social) \_\_\_\_\_, CNPJ: \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ (rua, nº, bairro, cidade e estado) \_\_\_\_\_, por seu representante legal \_\_\_\_\_ (nome do representante, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço domiciliar) \_\_\_\_\_, sob as penas de incorrer no artigo 90 da Lei 8.666/93, que a ora declarante está classificada como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, perante (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda do Estado), nos termos da LC 123/2006 e suas alterações, comprometendo-se ainda a informar caso deixe de ser enquadrada na condição de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Microempreendedor Individual – MEI, nos termos da lei.

Declaro (amos) sob as penas da lei e com a fé do grau do contador da empresa, o faturamento mensal e acumulado do último exercício e aquele referente aos meses do atual exercício, que vem devidamente assinado pelo sócio-proprietário e contador (exceto para Microempreendedor Individual).

Ainda, declaro(amos) estar ciente(s) de que serão realizadas auditorias, por amostragem, junto aos órgãos da Receita Federal, Estadual e Municipal, com a finalidade de comprovar a veracidade do enquadramento como ME/EPP, sendo que, uma vez constatada irregularidade, poderá ocorrer responsabilização civil, administrativa e criminal na forma da Lei Federal 12.846/2013 e demais legislações pertinentes.

<b>Faturamento</b>	<b>R\$</b>	<b>Faturamento</b>	<b>R\$</b>
Janeiro/2017		Janeiro/2018	
Fevereiro/2017		Fevereiro/2018	
Março/ 2017		Março/ 2018	
Abril / 2017		Abril / 2018	
Mai / 2017		Mai / 2018	
Junho / 2017		Junho / 2018	
Julho / 2017		Julho / 2018	

Agosto / 2017		Agosto / 2018	
Setembro / 2017		Setembro / 2018	
Outubro / 2017		Outubro / 2018	
Novembro / 2017		Novembro / 2018	
Dezembro / 2017		Dezembro / 2018	
<b>Acumulado / 2017</b>		<b>Acumulado / 2018</b>	

E por ser a expressão de verdade, firmo(amos) a presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local e data

Sócio-Proprietário:

\_\_\_\_\_

Nome e CPF do declarante

Contador da ME/EPP:

\_\_\_\_\_

Nome e CRC do declarante



**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos.

**Ressalva:** ou emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

(local e data)

\_\_\_\_\_

(nome e número da identidade do declarante)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante

**(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019**

Nome / Razão Social: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

Sediada/Residente: \_\_\_\_\_

(Endereço Completo)

Declaramos, sob as penas da Lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Edital de Pregão Presencial nº 003/2019, instaurado pela Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante

**ANEXO IX**

**TERMO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET**

**EDITAL DE LICITAÇÃO PP CPTRANS N.º 003/2019**

**PROCESSO N.º 271/2019**

Nome / Razão Social: \_\_\_\_\_

CPF / CNPJ n.º \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_

Pessoa para contato: \_\_\_\_\_

Retiramos, por meio de acesso à página <http://www.petropolis.rj.gov.br/cpt/>, nesta data, cópia do Edital de Licitação - PP N.º 003/2019.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Companhia e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do Edital e remeter a este Pregoeiro, por meio do *email*: [cpl@cptrans.com.br](mailto:cpl@cptrans.com.br).

**A não remessa do recibo exime o Pregoeiro da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, e de quaisquer informações adicionais.**

**ANEXO X**

**DECLARAÇÃO DO ESPAÇO OCUPADO**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019**

Nome / Razão Social: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

Sediada/Residente: \_\_\_\_\_

(Endereço Completo)

Declaro estar ciente de que a área objeto da licitação/contratação pode encontrar-se ocupada e que de acordo com o termo firmado entre a Concedente e o Sr ocupante da loja, o mesmo será desocupado em até 30 (trinta) dias após a homologação do certame licitatório, ou após o término do contrato existente ainda vigente.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante

**ANEXO XI**

**DECLARAÇÕES ESPECÍFICAS**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019**

Nome / Razão Social: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

Sediada/Residente: \_\_\_\_\_

(Endereço Completo)

Declaro expressamente:

- a) Que arcarei com todas as despesas decorrentes da implantação da atividade, bem como de medidores de energia elétrica, de gás e de água, sabedor de que não será reembolsado de qualquer despesa para este fim e nem sequer terei direito a qualquer indenização referente às obras eventualmente necessárias, que passarão a integrar o respectivo objeto, respeitadas as limitações e exigências constantes do Edital.
- b) Que sou responsável, na execução do contrato, por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, trabalhista, previdenciária, civil e comercial e, ainda por todos os danos e prejuízos pessoais e materiais que, a qualquer título, venha a causar a terceiros em virtude da execução do contrato, respondendo por si e por seus prepostos.
- c) Que estou ciente de que não poderei ceder, transferir, arrendar ou de qualquer outra forma passar a terceiros o objeto ora licitado.
- d) Que me obrigo a contratar com seguradora idônea, seguro contra riscos de incêndio em favor da Concedente no valor correspondente a 10 (dez) vezes o valor da prestação mensal vigente, por período de 12 (doze) meses, renovado a cada igual período, durante o prazo contratual.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante